

Pedro Alcântara

Jornalista

pedrotamancopi@gmail.com

NOTAS & NÓTULAS

- *Subiu para oito o número de inscritos para a vaga de conselheiro do TCE. Detalhe: até agora nenhuma mulher e nenhum político.
- *Nenhum deles tem voto garantido. O delegado Bareta, primeiro a se inscrever, diz ter o apoio de Deus, São Francisco e do povo.
- *São Francisco e o povo não votam. Deus só se for através de um milagre. Mas, tudo pode acontecer, quem sabe?





Oito para vaga de conselheiro do TCE

despediu da corte em outubro de 2014 para se aposentar.

09/04/15, 10:20







ompartilhar { 2

Mais três candidatos à vaga de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) se inscreveram nos últimos dias. Agora são oito pessoas que querem a vaga deixada pelo conselheiro Anfrisio Neto Lobão Castelo Branco, que se

Até ontem (08) estavam inscritos: Raimundo Gonçalves (militar e bacharel em Direito), Emídio Castelo Branco (contador), delegado da polícia civil Francisco Costa, o Baretta, o advogado criminalista Irineu Bezerra, o professor Edvaldo Francisco de Lima. Além do técnico em contabilidade José Francisco do Nascimento e os advogados Genésio da Costa Nunes e Eduardo Nehme, que estiveram ontem na Alepi.

As inscrições vão até o dia 15 de abril. Até o momento, os dois ex-deputados Mauro Tapety e Kleber Eulálio, ambos do PMDB, que afirmam concorrer, não oficializaram a candidatura.





Assembleia ainda não se manifestou sobre mudança no edital para escolha de conselheiro do TCE

"Se não houver nenhuma resposta da Assembleia, ou a resposta for o não cumprimento da recomendação, isso nos forçará a ingressar com uma ação na justiça", afirmou o promotor Fernando Santos ao GP1.

JOCIARA LUZ, DO GP1

Atualizada em 09/04/2015 - 18h34

O Promotor de Justiça Fernando Santos informou ao GP1, na tarde desta quinta-feira (9), que a Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Piauí ainda não emitiu nenhuma resposta quanto a recomendação expedida pelo Ministério Público de Contas e o Ministério Público Estadual que aponta irregularidades no edital para a escolha do novo conselheiro do TCE. A recomendação foi encaminhada pelo fato de que o Edital publicado no dia 25 de março possui alguns vícios capazes de gerar a nulidade do processo de escolha.



Promotor Fernando Santos

De acordo com Fernando Santos a promotoria vai esperar a posição da Assembleia e só vai decidir quais medidas judiciais tomar quando findar o prazo que a Alepi tem para se manifestar. "Se não houver nenhuma resposta da Assembleia Legislativa, ou a resposta for o não cumprimento da recomendação, isso nos forçará a ingressar com uma ação na justiça por questionar o edital tal como ele está formulado", afirmou o promotor.

Fernando Santos ainda disse que mesmo após o fim do prazo de inscrição para concorrer ao cargo de conselheiro a promotoria ainda terá um tempo para decidir como irá agir. "Na quarta-feira [15 de abril] finda o prazo da inscrição, mas o edital estabelece que a partir daí a comissão analisará os pedidos. Efetivamente a eleição não se dará imediatamente, então até a eleição nós ainda temos um prazo pra poder ingressar com alguma ação", disse.

Disputa

Cinco candidatos já fizeram suas inscrições para disputar o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas, são eles o coordenador da delegacia Homicídios, Francisco da Chagas Costa dos Santos, o Barêtta, o policial militar Raimundo Gonçalves Cardoso, o advogado Irineu Francisco de Lima, o contador Emídio Castelo Branco e o professor Edvaldo Francisco de Lima

O prefeito de Picos Kléber Eulálio e o ex-deputado Mauro Tapety já afirmaram que vão concorrer ao cargo, mas ainda não formalizaram suas candidaturas.

Curta a página do GP1 no facebook: www.facebook.com/PortalGP1



Irregularidades em Licitações - 10/04/2015 às 07h08

¥ Tweet ⟨ 0

Curtir 1

Tribunal de Contas recebe denúncia contra diretor e pregoeiro do HEMOPI

g+1 0



O Tribuna de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), recebeu denúncia contra o diretor geral do Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí (HEMOPI), Antônio Laves Alves e contra o pregoeiro Walber Coelho de Almeida.

Compartilhar

De acordo com o processo (TC/005495/2014), referente ao exercício financeiro de 2014, os dois são acusados de supostas irregularidades na modalidade de licitação no âmbito do Pregão Presencial nº 001/2014.

O TCE julgou pela procedência da denúncia e <u>determinou</u> que a mesma fosse apensada ao processo de prestação de contas do HEMOPI, relativo ao exercício financeiro de 2014, para que as

ocorrências mencionadas sejam levadas em consideração quando do julgamento das contas anuais.

Publicado Por: Daniel Silva



Política

Assembleia não altera o edital do TCE-PI e disputa irá parar Justiça

De acordo com o promotor Femando Santos, o edital possui "vícios" que podem levar a judicialização do processo

Repórter: Lídia Brito 10/04/2015 07h40 - Atualizado em 10/04/2015 07h52







As inscrições para a eleição que irá escolher o novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE) encerra no próximo dia 15, mas até agora a Assembleia Legislativa não respondeu o Ministério Público do Estado (MP) sobre a realização de alterações no edital. De acordo com o promotor Fernando Santos, o edital possui "vícios" que podem levar a judicialização do processo.



Foto: Assessoria de Comunicação/MP

Logo após a publicação do edital, o MP enviou oficio à Assembleia recomendando as alterações. O Poder Legislativo tinha 15 dias para se adequar, mas até agora não deu nenhuma resposta. Fernando Santos afirma que ao findar o prazo a eleição será questionada na Justiça. "O MP deseja apenas que o processo possa ser o mais transparente possível. Isso vai evitar que no futuro o eleito tenha a eleição questionada na Justiça", disse.

Segundo Fernando Santos, na elaboração do edital a Assembleia Legislativa não levou em consideração recomendações importantes feitas pelo Ministério Público. Ele elenca três pontos que seriam fundamentais e representam graves vícios que colocam em xeque a eleição. "Em primeiro lugar podemos citar que não é pedida a certidão do TJ-PI, TRE-PI e o Tribunal de Contas do Estado", disse.

Outro ponto do edital que incomoda o Ministério Público do Estado é o prazo para a inscrição dos interessados na disputa. De acordo com o edital, o candidato tem 20 dias para se inscrever, mas se forem contados os dias úteis esse prazo se reduz para apenas 15 dias. "O Ministério Público já deixou bem claro que deveria ser pelo menos 30 dias. Mas o prazo só chega a metade disso, ou seja, 15 dias. A Assembleia também ignorou essa recomendação", declarou

O Ministério Público Estadual pede ainda que o edital deixe mais claro o significado da expressão "notório saber jurídico e financeiro". Segundo Fernando Santos, não fica claro no edital a necessidade do candidato ter 10 anos de serviço público prestado.

"NÃO HÁ OBRIGAÇÃO"

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado, deputado Themístocles Filho (PMDB), afirma que a Casa "não é obrigada" a seguir as recomendações do Ministério Público Estado (MP-PI), que pedem alterações no edital da eleição de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI). Segundo ele, o Legislativo possui a competência necessária para elaborar o edital da "forma que julgar mais conveniente".

"Quem se sentir prejudicado pode recorrer à Justiça", disse.



Advogado Genésio Nunes se diz preparado para o TCE

09/04/2015 • 16:55

Noticia

66 B66



Por Alexandra Teodoro



O advogado Genésio da Costa Nunes protocolou sua inscrição para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, na última quarta, 8 de abril. Aos 59 anos, ele se diz preparado para a função e está na corrida pela vaga. Natural da zona rural do município de Palmeirais-PI, começou a estudar aos 11 anos e concluiu o curso técnico em Edificações (ETFPI).

Advogado militante, como profissional do Direito, atua em causas cíveis, comerciais, trabalhistas, criminais, família e eleitorais, desde que concluiu a graduação, pela Universidade Estadual do Piauí. Foi em 2007, quando tinha 51 anos de idade. "Eu me formei tarde mas, fui um aluno bastante aplicado e pude aproveitar o máximo possível para o aprendizado", diz o candidato, ressaltando que a graduação ele concluiu com índice acadêmico de 9,04. "Na prova da OAB, para o Exame de Ordem tirei nota 10", fala com orgulho. Concluiu ainda o Curso Sequencial em Direito do Trabalho e Seguridade Social e o Curso de Direito do Trabalho e Segurança Social, destaca participação no Seminário Nacional em Licitações e Contratos, no Simpósio em Gestão de Contratos Administrativos e Simpósio em Licitações e

Genésio Nunes prestou serviços para a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, entre 2003 e 2014. Assumiu as funções de Diretor e Gerente de Logística, abastecimento e serviços. "Lá eu ficava responsável por todos os procedimentos licitatórios da secretaria, desde sua nomeação até a exoneração". Atuou ainda como

integrante da Comissão permanente de Licitação e como advogado, foi responsável pela elaboração da defesa do órgão em todos os relatórios de prestação de contas anuais, "com teses vitoriosas em todas elas", disse.

Foi candidato a um cargo eletivo em 1982, para vereador no município de Palmeirais, mas não obteve êxito. Participou de diversos movimentos sociais, em entidades como Associação dos Moradores do Itararé e Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil. Atuou como Diretor da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Genésio Nunes prestou assessoria jurídica para a Prefeitura Municipal de Palmeirais, no período de 2009 a 2012. E atualmente desempenha essa função na Câmara Municipal de Palmeirais.

Sebrae no Piauí e TCE firmam parceria em prol dos pequenos negócios

09/04/2015 • 15:24

Noticia



O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, Sebrae no Piaul, e o Tribunal de Contas do Estado, TCE, estão articulando novas ações para que a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas seja efetivamente implementada nos municípios piauienses. Hoje (09) pela manhã, representantes das duas instituições se reuniram na sede do TCE, em Teresina, para alinhar as estratégias de atuação.



O objetivo desse encontro foi debater sobre a importância e benefícios das compras governamentais feitas entre os pequenos negócios e órgãos públicos. As compras governamentais são um dos eixos para a implementação da Lei Geral.

De acordo com a legislação, as micro e pequenas empresas têm tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias. Pela lei, os pequenos negócios também têm tratamento favorecido nas licitações públicas.

O Sebrae no Piauí realizará seminários e palestras para informar às autoridades municipais detalhes da Lei Geral referente às compras governamentais, além de disponibilizar materiais explicativos sobre a legislação entre outras atividades.

De acordo com o conselheiro do TCE no Piauí, Jailson Campelo, é fundamental que os pequenos negócios participem efetivamente dos processos de compras públicas. "O TCE e o Sebrae estão formando um acordo para que as micro e pequenas empresas cada vez mais se insiram nas compras governamentais e impulsionem a economia regional. Esse acordo prevê a execução de um plano de ação para sensibilizar prefeitos e também outros órgãos públicos como secretarias municipais e estaduais", comenta.

Incentivar as compras governamentais é uma forma de fomentar o desenvolvimento da economia local e das empresas o que contribui para o aumento da competitividade dos pequenos negócios.

Atualmente no Brasil, as micro e pequenas empresas representam 99% das empresas formalmente estabelecidas, gerando mais de 50% dos empregos e respondendo por 25% do Produto Interno Bruto, PIB.

SERRAE